



MINISTÉRIO DAS CIDADES

Coordenação do Conselho das Cidades

MOÇÃO DE REPÚDIO

Conselho Nacional das Cidades

O **Conselho Nacional das Cidades**, reunido em sua 59ª Reunião Ordinária, nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2025, vem a público manifestar veemente repúdio ao papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na promoção e condução de processos de privatização e concessão dos serviços de saneamento básico nos estados e municípios brasileiros.

O BNDES, embora constitua uma entidade jurídica própria, é uma instituição financeira pública vinculada ao Governo Federal, devendo, portanto, orientar suas operações em consonância com as diretrizes da política nacional voltada ao desenvolvimento social, territorial e urbano. No entanto, sua atuação recente tem se caracterizado por fomentar modelos de privatização que tratam a água e o saneamento como mercadorias, e não como direitos fundamentais, universais e inalienáveis.

Ao priorizar e estruturar projetos voltados à entrega dos serviços de saneamento à iniciativa privada, o BNDES contribui para a fragilização das empresas públicas do setor, aprofundando desigualdades históricas que atingem de forma mais severa as populações e territórios urbanos e rurais empobrecidos, que já enfrentam barreiras no acesso regular, seguro e sustentável à água potável e ao esgotamento sanitário.

Tais práticas caminham na contramão dos princípios constitucionais que asseguram o saneamento básico como direito essencial, além de contrariar o compromisso do Brasil com a universalização do acesso e com a gestão democrática e participativa das políticas urbanas e ambientais.

Dante disso, o Conselho Nacional das Cidades:

- I - Repudia a condução, pelo BNDES, de processos que impulsoram a privatização do saneamento básico no país;
- II - Reafirma que água e saneamento são direitos humanos fundamentais, devendo ser garantidos prioritariamente pelo Estado;
- III - Defende que as operações financeiras e técnicas do BNDES estejam alinhadas às prioridades do Governo Federal e às deliberações das instâncias de participação social, especialmente àquelas voltadas à promoção da justiça social, da redução das desigualdades e do fortalecimento do serviço público;
- IV - Solicita ao Governo Federal que reoriente a atuação do BNDES para modelos de fortalecimento da gestão pública, comunitária e territorial dos serviços de saneamento.

Por fim, o Conselho das Cidades reafirma seu compromisso histórico com a defesa das cidades justas, democráticas e inclusivas, onde água e saneamento não sejam tratados como commodities, mas sim como direitos essenciais à vida e ao desenvolvimento humano.

PLENÁRIO DO CONSELHO DAS CIDADES

59ª Reunião Ordinária, ocorrida em 02, 03 e 04 de dezembro de 2025, em Brasília-DF

*****Assinada para fins de visualização*****